

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DE UMA DAS
VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE FORTALEZA-CE**

ULISSES FERREIRA

Advocacia

EDIVAN GONÇALVES CARDOSO, brasileiro, solteiro, autônomo, inscrito no Registro Geral sob o nº 20160642315 SSP/Ceará, portador do CPF/MF nº 084.220.373-78, residente e domiciliado a Pv Tijipior 01, Canaan, Trairi/CE, CEP: 62.690-000, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do causídico *in fine* assinado, Dr. Jorge Ulisses e Silva Ferreira Lima, o qual, com o endereço eletrônico advocaciaulissesferreira@gmail.com e escritório profissional situado à Rua Barão do Rio Branco, 1779, Centro, Fortaleza/CE, onde recebe intimações, deixa de juntar o endereço eletrônico da parte autora, tendo em vista que a mesma não o possui, e, com fulcro no art. 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria, propõe a presente

**ACÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, COM PEDIDO DE
PERÍCIA MÉDICA**

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço para intimação na Rua Senador Dantas nº 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a Vossa Excelência que seja concedido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, por não ter condições de suportar as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

I - DOS FATOS

O (A) Requerente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 13/01/2019, resultando em fratura de tíbia e fíbula, fx de clavícula D + contusão temporal – Vide Docs. Médicos!), conforme comprova/atesta a documentação anexa: Boletim de Ocorrência, Registro de Atendimento Médico

JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA | OAB/CE 29690 | advocaciaulissesferreira@gmail.com
Fortaleza/CE • Pereira Filgueiras, 1300, Aldeota | (85) 996537174.
Tabuleiro do Norte/CE • Hercílio Pinheiro, 329, Centro | (88) 9 9840 8481.

Emergencial e laudos complementares, cujas sequelas serão apuradas após avaliação com médico especializado nomeado por este juízo.

Ocorre que, ao averiguar no site da seguradora líder 18/12/2019, o Demandante observou a liberação da quantia de R\$ 3.206,25, sem que fosse submetida pessoalmente a avaliação/ perícia médica, de forma a aferir o grau da sua lesão.

Nos termos da legislação atual com aplicação da tabela, o valor a que teria direito, conforme documentação acostada, restou debilidade permanente onde teria direito a indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 9.450,00 (Nove Mil Quatrocentos e Cinquenta Reais) considerando a lesão mencionada acima, vindo a receber o valor de 3.206,25, restando, portanto a quantia de R\$ 6.243,75.

II - DO DIREITO

Como é notório, a Seguradora Líder exige a entrega de uma vasta documentação por parte dos segurados para fins de comprovação da efetiva ocorrência do sinistro e da extensão das lesões acaso sofridas.

Não raro os documentos exigidos são de uso interno das unidades hospitalares e não são entregues pela rede do SUS. Tal situação, Excelência, se por um lado é bastante cômoda para a seguradora, por outro, é de extrema dificuldade para os beneficiários, que encontram um severo obstáculo para o recebimento do seguro DPVAT.

Ante a necessidade de laudos médicos para atender aos critérios adotados pela Líder (exames laboratoriais, RAIOS-X, etc.), veem-se os segurados na premência de custear exames e laudos particulares, fato que onera sobremaneira os segurados diante dos baixos valores pagos (quando o são!) pela seguradora.

O que impele os segurados buscar a tutela jurisdicional é, quando não a negativa, a ínfima contraprestação pelas lesões sofridas, as quais raramente são plena e satisfatoriamente suportadas pela seguradora em prejuízo da finalidade social da lei que criou o seguro DPVAT.

Foi diante deste cenário que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT firmou com o Ministério Público Federal (MPF) o TAC 01/2012, o qual vem sendo descumprido reiteradamente, conforme prova documental trazido no bojo deste exordial:

28/08/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

SINISTRO 3180328506 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JANDERSON RAMOS SANTANA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

BENEFICIÁRIO JANDERSON RAMOS SANTANA

CPF/CNPJ: 04643138300

Posição em 28-08-2018 10:52:20

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
28/07/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	
26/07/2018	Aviso de Sinistro	

28/08/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

SINISTRO 3180329286 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA LUCAS BARROSO MARTINS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

BENEFICIÁRIO LUCAS BARROSO MARTINS

CPF/CNPJ: 62798314348

Posição em 28-08-2018 10:58:04

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Documentação médico-hospitalar	Vítima	Não Conforme	

JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA | OAB/CE 29690 | advocaciaulissesferreira@gmail.com

Fortaleza/CE • Pereira Filgueiras, 1300, Aldeota | (85) 996537174.

Tabuleiro do Norte/CE • Hercílio Pinheiro, 329, Centro | (88) 9 9840 8481.

28/08/2018

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

SINISTRO 3180329286 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** LUCAS BARROSO MARTINS**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** INVESTPREV

Seguradora S/A-Filial Fortaleza - CE

BENEFICIÁRIO LUCAS BARROSO MARTINS**CPF/CNPJ:** 62798314348**Posição em 28-08-2018 10:58:04**

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo.

Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Documentação médico-hospitalar	Vitima	Não Conforme	

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
28/07/2018	Exigência Documental	

Conforme se depreende dos “prints” de tela acima colacionados, fica comprovada a prática recorrente da Seguradora Líder em dificultar, onerar e, por conseguinte, rejeitar os processos de recebimento do seguro do DPVAT, desta forma negando ou pagando valor a menor das vítimas.

Ressalvamos a existência de uma TAC firmada em 2012, entre MPF e Seguradora Líder PREVIA QUE ESTA SEGURADORA NÃO MAIS EXIGIRIA DAS VITIMAS, COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL PARA O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO, DOCUMENTOS MÉDICOS ALÉM DOS QUE FORAM FORNECIDOS PELA REDE HOSPITALAR, bem como PROIBIA A EXIGÊNCIA DE RELATORIO DO MÉDICO ASSISTENTE DA VÍTIMA QUE CONSTE SEQUELA E GRAU DE INVALIDEZ, JÁ QUE TAL RELATÓRIO NÃO É OBRIGATÓRIO CONFORME A LEI 6.194/74 E SUAS ALTERAÇÕES.

A sanção por DESCUMPRIMENTO DO TAC 01/2012 ENSEJARIA MULTA DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO por evento. Na documentação comprobatória em anexo, Vossa Excelência notará que há vítimas com vários desses eventos proibidos no decorrer da análise do seu respectivo pedido de indenização. Isso tem ocorrido de forma sistemática, para que com isso a Seguradora Líder descumpra o prazo legal de 30 dias para a liquidação do pleito conforme preceito legal da SUSEP e CNSP.

JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA | OAB/CE 29690 | advocaciaulissesferreira@gmail.com

Fortaleza/CE • Pereira Filgueiras, 1300, Aldeota | (85) 996537174.

Tabuleiro do Norte/CE • Hercílio Pinheiro, 329, Centro | (88) 9 9840 8481.

Verifica assim o descumprimento da Seguradora Líder em relação ao § 2º do TAC firmada em 2012 abaixo, evidenciando assim o prejuízo a milhares de vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional.

CLÁUSULA 2ª – A COMPROMISSÁRIA se compromete a se abster de solicitar ou exigir, como condição para requerimento e/ou pagamento das indenizações do seguro DPVAT, laudos médicos em formulários sugeridos ou fornecidos pelas próprias seguradoras, especialmente aqueles em que é solicitado ou exigido o preenchimento/elaboração pelo profissional médico que atendeu o segurado acidentado,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PIRACICABA
Avenida Brasil, 1.034 – Jardim Europa – Piracicaba (SP) – CEP 13.416-530 – Fone: (19) 3447-4000

uma vez que estes não se caracterizam como relatórios de tratamento ou internamento fornecidos pela rede hospitalar, ou previdenciária, os quais são emitidos em formulário próprio da entidade fornecedora.

Todas as vítimas de acidente provocado por veículos automotores (automóveis, motos, etc.), mesmo que o seu veículo não seja licenciado, ou seja, não esteja em dia com o pagamento anual do Seguro DPVAT, a indenização lhe é devida, em três situações:

- Em caso de morte, o valor devido será R\$ 13.500,00;
- Em caso de invalidez permanente, o valor será de até R\$ 13.500,00, sendo imprescritível uma avaliação médica para que se apure o grau da lesão e assim se possa indenizar de maneira justa conforme a lesão seja total ou parcial de acordo com tabela de pagamento; e
- No caso de reembolsos decorrentes de tratamentos hospitalares, os valores podem chegar a R\$ 2.700,00.

O DPVAT é um Seguro que cobre danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, previsto pela Lei nº Lei 6.194 /74. É uma garantia de caráter extremamente social, que beneficia vítimas de acidentes de trânsito, independente de apuração de culpa.

Vale ressaltar que, independentemente de estar em dia ou não com o seguro DPVAT, as vítimas de acidente têm direito a receber a indenização correspondente.

Inclusive, os Tribunais já têm decidido que não importa se o veículo envolvido no acidente seja licenciado ou não, bem como identificado, eis que a Lei 6.194/74, com as alterações introduzidas pela Lei 8.441 /92, em seu artigo 7º, prevê inclusive que a indenização será devida por veículo com seguro não realizado ou vencido.

JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA | OAB/CE 29690 | advocaciaulissesferreira@gmail.com

Fortaleza/CE • Pereira Filgueiras, 1300, Aldeota | (85) 996537174.

Tabuleiro do Norte/CE • Hercílio Pinheiro, 329, Centro | (88) 9 9840 8481.

Cabe salientar que a demandada Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro do DPVAT, inúmeras vezes NEGA o seguro do DPVAT, sem sequer haver a realização de perícia médica, ferindo assim vários princípios constitucionais, como da ampla defesa e do contraditório.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- i) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, sendo carecedor de recursos para custear as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- ii) A citação e intimação da requerida, por via postal e com Aviso de Recebimento, para exhibir cópia do processo administrativo em 05 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e responder aos termos da presente, no prazo máximo de 15 dias, sob pena de preclusão e revelia;
- iii) Se assim não entender, requer alternativamente que V. Ex.^a, determine o pagamento proporcional à sequela conforme a Tabela da Lei 11.945/09, após perícia médica realizada pelo IML buscando a aferição do grau de invalidez de forma imparcial condenado a seguradora no pagamento de R\$ 6.243,75;
- iv) Considerando que a presente ação trata de cobrança de diferença de seguro DPVAT e, por se tratar de matéria exclusivamente de direito, requer o julgamento antecipado da lide, com a procedência total da demanda, para condenar a Seguradora-Ré ao pagamento dos pedidos acima requeridos, com incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e atualização monetária (IGPM) a contar da data do acidente ou do processo/pagamento administrativo, e custas processuais, não devendo recair sobre a autora quaisquer ônus sucumbências por ter pedidos alternativos e ser beneficiária da justiça gratuita conforme o art. 98 do CPC;
- v) A condenação da seguradora-ré ao ônus da sucumbência, com fixação de honorários advocatícios de 20% sobre o valor final e atualizado, da condenação;
- vi) A parte autora manifesta não ter interesse na realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII, do CPC, remetendo-se portanto os autos para central de conciliação para participar dos mutirões de DPVAT, uma vez que, a perícia é imprescindível para o deslinde da presente demanda.

Por derradeiro, requer que as intimações sejam direcionadas a Jorge Ulisses e Silva Ferreira Lima, advogado inscrito na OAB/CE sob nº. 29690, estabelecido na Rua Barão do Rio Branco, 1779, Centro – Fortaleza/CE, sob pena de nulidade do ato.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas, notadamente, a juntada posterior de documentos.

Dá-se o presente causa o valor de R\$ 6.243,75 (seis mil duzentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)

Termos em que,

Pede deferimento,

Fortaleza, 03/04/2020 (três de abril dois mil e vinte).

JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA
OAB/CE sob o nº.29.690

UF
— Advocacia —



Estado do Ceará
Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS
Polícia Civil do Estado do Ceará
Delegacia Geral de Polícia Civil
Departamento de Polícia da Capital - DPC
Trigésimo Segundo Distrito Policial

C E R T I D Ã O

Antonio Paula da Silva, Escrivão de Polícia Civil, lotado na Trigésima Segunda Delegacia Distrital, no uso de suas atribuições legais, etc...

CERTIFICA que nesta data, compareceu em Cartório o Sr. EDIVAN GONÇALVES CARDOSO, portador do RG 20160642315 SSPDS/CE e CPF 084.220.373-78, residente na Localidade de Tijipio, Município de Trairi/CE, onde vem informar que foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido por volta das 09h, do dia 13/01/2019, na Localidade de Tijipio-Trairi/CE., quando pilotava a motocicleta, marca HONDA/NXR150 BROS ESD, de PLACA OSL-0221, COR VERMELHA, ANO/MOD. 2012/2012, CHASSI 9C2KD0540CR569017, RENAVAL 505518783, LICENCIADA EM NOME DE: PEDRO MARCOS DOS SANTOS LIMA, perdeu o controle da referida motocicleta, ao tentar desviar de um jumento que surgiu repentinamente na estrada, vindo a cair ao solo, sendo socorrido por populares para o Hospital Municipal São Camilo em Itapipoca/CE, de onde foi transferido para o IJF Centro, onde foi submetido a procedimento cirúrgico. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.///

Cartório do 32º Distrito Policial, em 28 de Novembro de 2019.

Antonio Paulo da Silva
Escrivão de Polícia
Mat. 97.122

DECLARANTE: EDIVAN GONÇALVES CARDOSO

Registro de Atendimento Emergencial

Emitido em: 24/06/2019 9:9:39

Por: EDUARDO MOREIRA

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL						DATA/HORA: 14/01/2019 02:08:26	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
CNS: 704600601273828	NOME: EDIVAN GONCALVES CARDOSO			Registro: 5564673			
CPF: 08422037378	RG: 201660842315	D. NASC: 13/09/1999	ESTADO CIVIL:	SEXO: M	RAÇA/COR: Amarela		
NOME DA MÃE: REGINA MARIA GONCALVES DA SILVA			NOME DO PAI: EDIVAR RODRIGUES CARDOSO				
TIPO DE LOGRADOURO: Rua	ENDEREÇO DO PACIENTE: ROBERTO CARVALHO			Nº: 1494	BAIRRO: PARQUE DOIS IRMAOS		
COMPLEMENTO:	TELEFONE: 986703506	MUNICÍPIO: FORTALEZA	UF: CE	CEP: 60861370			
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL							
NOME: SAMU USB 123, COND. MAURO			PARENTESCO:		TELEFONE:		
ACIDENTE DE TRABALHO							
TIPO DE VÍNCULO:	CBO DO EMPREGADO:	CNPJ DO EMPREGADOR:		COSIDO DO CNAER:			
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Colisão com um pedestre ou um animal							
QUEIXAS: colisão moto animal, suspeita de tce, relato de síncope no local do acidente, fx MID, rebaixamento de sensorio							
OBSERVAÇÕES: tce, defucit neurologico novo							
SINAIS VITAIS							
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Publica	Escala de Dor: Moderado		PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: AMARELO				
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:							
ATENDIMENTO MÉDICO							
Anamnese:							
Exame Físico:							
Conduta:							
TEMPO NECESSÁRIO PARA OBSERVAÇÃO:							
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:							
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE:							
DATA E HORA DO ATENDIMENTO:		CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA:					



SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO
Hospital e Maternidade

SOCIEDADE BENEFICENTE SAO CAMILO
HOSPITAL MAT. SAO VICENTE DE PAULO

Impressão: 13/01/2019 22:52

Página 1

v2018003

Guia de atendimento - EMERGENCIA ADULTO

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 243927	Atendimento 0003	Nome do Paciente EDIVAN GONCALVES CARDOSO	CNS 898003993563273	Guia de Autorização
Documento(s) Identidade: 2016064231		Estado Civil Solteiro(a)	Sexo Masculino	
Data de Nascimento 13/09/1999	Local TRAIRI/CE	Idade 19 Ano(s)		
Pai EDIVAR RODRIGUES CARDOSO		Mãe REGINA MARIA GONCALVES DA SILVA		
Endereço DISTRITO TIGIPIO, SN	Bairro ZONA RURAL	CEP 62690-000	Município TRAIRI	UF CE
Profissão ESTUDANTE	Empresa	Cônjugue		
Responsável JONAS SOUSA RODRIGUES	CPF do Responsável	Endereço DISTRITO TIGIPIO, SN	Município TRAIRI	UF CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 13/01/2019	Hora 22:05	Convênio SUS	Matrícula	CID
Profissional do Atendimento DAVYSON CHAVES FARIAS		CRM/UF 16745/CE	Tipo Atendimento CONSULTA	
Indicador de Acidente Trânsito		Funcionário JOSE JULIGLECIO PINTO DE AZEVEDO		
Observação				
Sala	Data/Hora Liberação	às	hs.	Tipo de Saída () Alta () Internação () Óbito

Sinais Vitais

Peso (kg)	Altura (cm)	T (°C)	P (bpm)	R (mpm)	PA (mmHg) 130 X 80	Oximetria (%)	Glicemia (mg/dL)
-----------	-------------	--------	---------	---------	-----------------------	---------------	------------------

Classificação de Risco

Classificação de Risco: ACOLHIDO **Data e Hora:** 13/01/2019 22:16

Responsável pela Classificação: ANA MAYARA DE ARAUJ

Relatório:

CLIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO, APRESENTA TRAUMA EM FACE, ESCORIAÇÕES PELO CORPO E DEFORMIDADE DE MID.

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

13/01/2019 22:52:55h Responsável: DAVYSON CHAVES FARIAS CRM-CE 16745

PCTE VÍTIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO, COLISÃO (MOTO X ANIMAL), SEM CAPACETE, ACOMPANHANTE REFERE QUE O MESMO FEZ USO DE BEBIDA ALCOOLICA.

AO EXAME: EGCOMPROMETIDO, AGITADO, GLASGOW PREJUDICADO PELO USO DE BEBIDA ALCOOLICA, PUPILAS MIDRIÁTICAS BILATERALMENTE

HD: TCE

CD: ESTABILIZAÇÃO CLINICA / TRANSFERÊNCIA PARA HOSPITAL TERCIÁRIO PARA AVALIAÇÃO NEUROLÓGICA

DAVYSON CHAVES FARIAS - CRM: 16745

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: JONAS SOUSA RODRIGUES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA e esaj.tce.jus.br, protocolado em 09/04/2020 às 14:17, sob o número 02226528420208060001. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0222652-84.2020.8.06.0001 e código 6460A30.

16150050308

Dados Clínicos - Médico

Paciente EDIVAN GONCALVES CARDOSO			Prontuário 243927/00
Data de Nascimento 13/09/1999	Idade 19 Ano(s)	Nome da Mãe REGINA MARIA GONCALVES DA SILVA	
Data Atendimento 13/01/2019	Aposento	Quarto/Leto /	
Profissional Responsável DAVYSON CHAVES FARIAS			CRM 16745
Convênio SUS	Sector EMERGENCIA ADULTO	Especialidade MEDICA	

FICHA DE REFERENCIA

FICHA DE REFERÊNCIA - 13/01/2019 22:54:31

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

PCTE VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO , COLISÃO (MOTO X ANIMAL) , SEM CAPACETE , ACOMPANHANTE REFERE QUE O MESMO FEZ USO DE BEBIDA ALCOOLICA.
AO EXAME: EGCOMPROMETIDO, AGITADO, GLASGOW PREJUDICADO PELO USO DE BEBIDA ALCOOLICA , PUPILAS MIDRIÁTICAS BILATERALMENTE

CONDUTA JÁ REALIZADA: ESTABILIZAÇÃO CLINICA

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA: TCE *Moderado*

ASSINATURA E CARIMBO

DATA HORA DA REFERENCIA: -

ENCAMINHAMENTO PARA ATENDIMENTO:: HOSPITALAR

FICHA DE CONTRAFERENCIA

RESPONSÁVEL: DAVYSON CHAVES FARIAS - CRM-CE 16745

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA e esaj.tce.jus.br, protocolado em 09/04/2020 às 14:17, sob o número 022265284202008060001. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0222652-84.2020.8.06.0001 e código 6460A30.

Guia de atendimento - EMERGENCIA ADULTO

DADOS DO PACIENTE

Prontuário 243927	Atendimento 0004	Nome do Paciente EDIVAN GONCALVES CARDOSO	CNS 898003993563273	Guia de Autorização
Documento(s) Identidade: 2016064231		Estado Civil Solteiro(a)	Sexo Masculino	
Data de Nascimento 13/09/1999	Local TRAIRI/CE	Idade 19 Ano(s)		
Pai EDIVAR RODRIGUES CARDOSO		Mãe REGINA MARIA GONCALVES DA SILVA		
Endereço DISTRITO TIGIPIO, SN	Bairro ZONA RURAL	CEP 62690-000	Município TRAIRI	UF CE
Profissão ESTUDANTE	Empresa	Cônjuge		
Responsável JONAS SOUSA RODRIGUES	CPF do Responsável	Endereço DISTRITO TIGIPIO, SN	Município TRAIRI	UF CE

DADOS DO ATENDIMENTO

Data Atendimento 13/01/2019	Hora 22:17	Convênio SUS	Matrícula	CID S82.9 Fratura da perna, parte não especificada
Profissional do Atendimento JOSE HERNANI CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR			CRM/UF 4920/CE	Tipo Atendimento CONSULTA
Indicador de Acidente			Funcionário NICOLAU JUNIOR SOARES MARINHO	
Observação				
Sala		Data/Hora Liberação 14/01/2019 01:00	Tipo de Saída Alta	

Sinais Vitais

Peso (kg)	Altura (cm)	T (°C)	P (bpm)	R (mpm)	PA (mmHg)	Oximetria (%)	Glicemia (mg/dL)
-----------	-------------	--------	---------	---------	-----------	---------------	------------------

Classificação de Risco

Classificação de Risco: ACOLHIDO Data e Hora: 13/01/2019 22:18

Responsável pela Classificação: ANA MAYARA DE ARAUJ

Relatório:

CLIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO, APRESENTA TRAUMA EM FACE, ESCORIAÇÕES PELO CORPO E DEFORMIDADE DE MID.

Motivo do Atendimento e Sumário de Atendimento (Histórico, Diagnóstico, Exames Solicitados e Conduta)

H. J. Campos
gesso
ingrupo de

[Assinatura]
Este documento é propriedade da Sociedade Beneficente São Camilo Hospital Mat. São Vicente de Paulo e não pode ser reproduzido sem a autorização da Diretoria Administrativa.

JOSE HERNANI CAMPOS DE OLIVEIRA JUNIOR - CRM: 4920

[Assinatura]
Dr. José Hernani Campos
Ortopedia - Traumatologia
CRM-CE 4920 TEOT - 5058
CPF: 378.930.503-06

Assinatura Paciente/Responsável
Responsável: JONAS SOUSA RODRIGUES

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
084.220.373-78

Nome
EDIVAN GONCALVES CARDOSO

Nascimento
13/09/1999

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2014064231 - 5 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/02/2016

NOME **EDIVAN GONCALVES CARDOSO**

FILIAÇÃO **EDIVAR RODRIGUES CARDOSO**

REINA MARIA GONCALVES DA SILVA

NATURALIDADE **ITAIARI - CE** DATA DE NASCIMENTO **13/09/1999**

DOC. ORIGEM **CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: MUNDAU TERMO: 5.508 FOLHA: 199V**

LIVRO: A-6 ITAIARI - CE

CPF **084.220.373-78**

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

RENDICIA FORA DO ESTADO DO CEARÁ

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO E CIDADANIA

Carteira de Identidade

Polegar Direito

084.220.373-78

EDIVAN GONCALVES CARDOSO

13/09/1999

ITAIARI - CE

2174604

Para agilizar seu atendimento, utilize o nº acima sempre que entrar em contato conosco.

A fonte social de energia elétrica foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

ene

Companhia Energética do Ceará
Rua Padre Valdevino, 150
CEP 60135-040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

fls. 18

CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA GRUPO B | SÉRIE ÚNICA | Nº 016334429

Rota TR134R05 - 31900

Referência 09/2019

Nome REGINA MARIA GONCALVES DA SILVA

Endereço PV TIPIPIOR, 00001, CANAAN, 62690-000, TRAIRI

Classificação Resid. Baixa Renda

Emissão 18/09/2019

Modalidade Tarifa B1 RESIDENCIAL

Medidor 6061431-ELE-626

Ligação Monofásica

ÁREA RESERVADA AO FISCO

ACOMPANHAMENTO DE CONSUMO (kWh)

DATAS DE LEITURA

Anterior Atual Próxima prevista

01/09/2019 18/09/2019 15/10/2019

DADOS DA MEDIÇÃO

Posto	Leit. Atual	Leit. Anterior	Const.	Consumo Mês (kWh)	Consumo Incl. (kWh)	Consumo Fat. (kWh)	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
EE	2.506	2.418	1,00	88	00	88	0,37159	32,90

DADOS DO FATURAMENTO

TARIFA

VALOR (R\$)

PIS COMPL BX RENDA	-	0,22
COFINS COMPL BX RENDA	-	0,92
DESCONTO BAIXA RENDA	-	-24,41
CONSUMO SEM SUBVENÇÃO	-	24,41
CONSUMO DE 000 KWH ATE 030 KWH	0,18433	5,53
CONSUMO DE 030 KWH ATE 100 KWH	0,31672	18,37
ADICIONAL BAND. VERMELHA	0,06267	1,88
DEBITO DE PEQUENOS VALORES	-	44,18

Tributo:	Base (R\$):	Aliquota (%):	Valor (R\$):
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	50,19	0,81	0,41
COFINS	50,19	3,69	1,85

VENCIMENTO:	TOTAL A PAGAR (R\$):
25/10/2019	71,10

CONSUMO CONSCIENTE

CPF/CNPJ

920.766.023-72

EMISSIONES DE CO₂ (kg/kWh). Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consciência Ecológica (%CO₂) 0

34,35 0,00

Periodos: Band. Tarif.: Vermelha : 22/08 - 18/09



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0222652-84.2020.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente **Edivan Gonçalves Cardoso e outro**

CERTIFICA-SE que em 13/04/2020 o ato abaixo foi disponibilizado para o(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e encaminhado através do portal eletrônico e-SAJ.

Teor do ato: "Vistos, etc. Gratuidade deferida. Desde o advento no novo CPC, "se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência", tal como dispõe o art. 334 de citada Codificação. Em casos como este, de cobrança de seguro DPVAT, contudo, bem se sabe que a única possibilidade de composição só poderá ocorrer APÓS a realização da perícia necessária à apuração do grau de invalidez sofrido pela parte Demandante, sendo essa fundamental para a resolução da presente, até em observância ao entendimento, hoje, sumulado, do Colendo STJ, segundo o qual: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Assim, a realização de tal prova, antes mesmo da realização da audiência de conciliação, é providência que se impõe, na espécie, e que ora adoto, com esteio no que dispõem os arts. 139 e 381, II, do vigente CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito; (grifos não existentes no original). Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: () II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito; (grifos não existentes no original). Determino, desse modo, a inclusão do presente em pauta de mutirão destinado à realização de perícias dessa natureza, para cujo comparecimento deverá ser intimada a parte autora, pessoalmente (a teor, igualmente, do que vem decidindo o Colendo STJ - REsp 1.364.911-GO, Rel. Min. Marco Buzzi, por unanimidade, julgado em 1/9/2016, DJe 6/9/2016), devendo se fazer presente munida da documentação pessoal com foto - que possa identificá-la - e outros documentos pertinentes, tais como exames e laudos médicos relativos à invalidez permanente decorrente do acidente automobilístico. Destaco que a perícia não será realizada na Secretaria, mas no Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará, localizado à Rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, bairro Rodolfo Teófilo, CEP: 60430-275, conforme convênio firmado entre o TJCE e aquela Instituição. Indique, assim, a Secretaria, nome de perito para realizar a mesma, observado o que estabelece a Resolução nº. 04/2017, de 06 de abril de 2017, do Órgão Especial do TJCE, ficando a cargo de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

14ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8348, Fortaleza-CE - E-mail: for14cv@tjce.jus.br

09.248.608/0001-04, com sede na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205 - cuja inclusão no pólo passivo, caso ainda não realizada, determino ex officio -, o pagamento dos honorários de referido expert. Intimar as partes, ainda: a) Para, no prazo de cinco dias, contados de sua intimação, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos; b) Da realização de perícia por meio de exame clínico e análise dos exames complementares e documentos, implicando em aceitação a forma indicada caso seja levada a efeito a perícia. Na eventualidade de haver necessidade de manifestação por especialista ou de realização de exame específico não disponibilizado, a parte ou advogado, ciente dessa condição, deverá antecipadamente recusar a realização do exame, sob essa justificativa, pena de preclusão. Também registro que as perícias serão realizadas, sem exceção, na forma das já realizadas nos mutirões anteriormente realizados. Cientificar, ainda, a parte demandante, de que deverá manter seu endereço atualizado e que, em caso negativo, presumir-se-ão "válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço" (art. 274, § único), bem como que a ausência da parte, sem justificativa razoável - a ser fornecida até a data da perícia -, será interpretada como recusa à produção de prova pericial, nos termos do art. 378 do CPC/2015 e arts. 231 e 232 do CC, ficando, mais, indeferida qualquer postulação para que a perícia não se realize nesta Comarca, eis que as mesmas serão feitas em regime de mutirão neste Fórum. Nada mais natural que as perícias sejam aqui realizadas. Afinal, foi A PARTE quem escolheu esta Comarca, muitas vezes abrindo mão do direito de demandar dentro da própria Comarca onde reside, com muito menores custos. Logo, deve aceitar, por igual, que a perícia seja aqui realizada. Registro que, em inexistindo acordo ou faltando a parte injustificadamente à perícia, será o feito antecipadamente julgado, para fins dos arts. 967 e 10 do CPC, tudo de logo já anunciado. INDEFIRO, de pronto, se requerido, o pedido de inversão do ônus da prova, eis que a presente não se alberga sob o manto da legislação consumerista. Determino, mais, que seja efetivada a CITAÇÃO da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT., ANTES da realização da perícia, para que, querendo, possa oferecer defesa e opor objeção à realização da mesma, além de apresentar, junto com sua defesa, o processo administrativo. Intimar os representantes das partes do teor do presente via publicação no DJ.".

Fortaleza/CE, 13 de abril de 2020.